

O presente estudo apresenta extrema relevância no cenário atual, tendo-se em vista a intensificação da preocupação mundial em relação às mudanças climáticas e ao aquecimento global. Considerando-se os diversos impactos causados nas esferas social, econômica, ambiental e tributária, busca-se verificar o tratamento tributário das operações de venda de créditos de carbono em território nacional. Os créditos de carbono são certificações de redução de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, emitidas pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU).

A metodologia de pesquisa utilizada é exploratória, devido à escassez de materiais científicos relacionados à temática, mediante análise de fontes primárias e secundárias. Para isso, os materiais pesquisados propiciam, inicialmente, o entendimento acerca do funcionamento do mercado voluntário de créditos de carbono. Após essa análise, parte-se para a determinação das perspectivas do mercado de créditos de carbono como forma de identificar o impacto na economia brasileira. Com relação à etapa de determinação da natureza jurídica dos créditos de carbono, ainda não foram produzidos resultados conclusivos, visto o controverso posicionamento doutrinário que impede a determinação da incidência do fato gerador.

Os resultados parciais do projeto identificam a necessidade de intervenção do poder público mediante criação de legislação regulamentar desse novo mercado. A determinação de políticas de sustentabilidade e o incentivo tributário para expansão do MDL podem ser medidas importantes para definição do impasse quanto à incidência tributária nas operações de venda de créditos de carbono.